Pregão Eletrônico (Lei 14.133) Nº 192/2026

Processo nº 28870/2026

OBJETO

Aquisição de mobiliário, através de diversas Secretarias, com Recursos não Vinculados de Impostos e Recursos Transf Fundo a Fundo Recursos SUS - Governo Estadual.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

ORÇAMENTO SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/11/2026, às 08h30min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO – POR ITEM

MODELO DE DISPUTA

ABERTO-FECHADO

EXCLUSIVO ME/EPP

NÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 28870/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico (Lei 14.133) Nº 192/2026
TIPO: MENOR PREÇO

O Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o **Pregão Eletrônico (Lei 14.133) Nº 192/2026 do tipo MENOR PREÇO, POR ITEM e que, em 26/11/2026, às 08h30min,** através do site **www.portaldecompraspublicas.com.br** e pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria nº 9552/2026, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública será realizada no site **www.portaldecompraspublicas.com.br,** no dia **26/11/2026, às 08h30min,** horário de Brasília – DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até às **08h29min** do mesmo dia (horário de Brasília-DF).

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta visando a aquisição de mobiliário, através de diversas Secretarias, com Recursos não Vinculados de Impostos e Recursos Transf Fundo a Fundo Recursos SUS - Governo Estadual., conforme descrito e especificado neste Edital e demais Anexos.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Provedor do Sistema, através do site **www.portaldecompraspublicas.com.br.**

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique

incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A empresa de pequeno porte ou microempresa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e que pretende utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da apresentação de **DECLARAÇÃO** assinada pelo responsável legal, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, bem como que se sagrando vencedora da licitação não extrapolará os limites de enquadramento, considerando no cálculo os demais contratos firmados, seja com a Administração Pública, seja com particulares, de acordo com a legislação vigente e modelo disponível junto a este edital (Anexo II), que serão consideradas válidas até 01 (um) ano após a data de sua emissão.

3.5.1. A Declaração, mencionada no item anterior deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação da empresa.

3.5.2. A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

3.6. É vedada a participação de licitantes que:

a) não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) sejam Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoas físicas ou jurídicas, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) sejam empresas isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresas da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) sejam pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, proibidas de participar de licitação em decorrência de sanção que lhes foi imposta;

e) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) sejam pessoas físicas ou jurídicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) sejam Agentes Públicos do Órgão ou Entidade licitante;

i) sejam Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

j) se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

k) estejam constituídas sob a forma de consórcio.

3.6.1. O impedimento de que trata a **alínea 'h' do item 3.6**, também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas 'b' e 'c' do item 3.6.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.4. O disposto nas **alíneas 'b' e 'c' do item 3.6.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.5. A vedação de que trata **alínea 'h' do item 3.6.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.6.6. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar desta licitação desde que comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame, na forma do art. 58 da Lei n° 11.101/2005.

3.6.7. É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, pelas seguintes justificativas:

a) a vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a competitividade da licitação;

b) a participação de empresas em consórcio somente é recomendável quando o objeto for "de alta complexidade ou de grande vulto econômico", situações em que empresas isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

3.7. Como condição de participação, o licitante, ao enviar proposta eletrônica, deverá preencher, em campo próprio do Portal de Compras Públicas, as seguintes declarações *on-line*:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

b) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;

d) que, para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos;

e) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

f) que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;

g) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.8. O licitante deverá assinalar "SIM" ou "NÃO" em campo próprio do Portal de Compras Públicas, relativo à seguinte declaração *on-line*: que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida lei complementar.

3.8.1. Na licitação/item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, assinalar "NÃO" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.8.2. Na licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ao assinalar "NÃO", o licitante ficará impedido de prosseguir no certame.

3.9. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

3.10. A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.portaldecompraspublicas.com.br.**

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Erechim, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2.1. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimento sobre seus termos ou para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento devem ser realizados por meio de campo específico no Portal de Compras Públicas, através do endereço eletrônico indicado no **item 1.1.**

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta, via sistema eletrônico, até o horário previsto no item **1.2.,** mediante o preenchimento dos campos:

a) VALOR UNITÁRIO E VALOR TOTAL DO ITEM (considerando o valor de 01 unidade de cada produto/serviço conforme Anexo – I);

b) MARCA DE CADA ITEM;

6.2. Os preços ofertados devem ser cotados em moeda corrente nacional, **contendo até duas casas decimais.**

6.3. Nos preços cotados devem estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

6.4. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para o objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ENVIO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no item 1.1 deste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do edital, forem manifestamente inexequíveis ou identifiquem o licitante.

7.4. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.

7.5. A não desclassificação preliminar da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, no momento oportuno.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11.1. O licitante poderá oferecer lance superior ao que esteja vencendo o certame, desde que inferior ao menor lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tal lance definido como “intermediário”. Havendo lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

7.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

7.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.15. Durante a fase de lances, não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema, salvo na hipótese do último lance fechado.

7.16. Se o licitante enviar lance que esteja em desacordo com o edital poderá tê-lo cancelado pelo(a) Pregoeiro(a), através do sistema.

7.17. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, conforme art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021. Nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

7.17.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente do prazo para envio de lances, e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.17.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.17.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17.5. Na ausência de lance final e fechado, poderá haver o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17.6. Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.17.7. O lance fechado é único por fornecedor sem a possibilidade de alteração ou cancelamento após o envio.

7.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.19. Caso nenhum licitante apresente lance na etapa competitiva (fase de lances), valem os preços apresentados e classificados na etapa de propostas.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.21. Em caso de ocorrência de empate ficto, conforme previsto no artigo 44, parágrafo 2º, da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

7.21.1. Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. Ocorrendo o empate ficto, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor detentora da proposta de menor valor terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.5. O critério de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor preço tiver sido apresentada por ME ou EPP, ou quando a licitação for exclusiva para ME/EPP, ou quando o licitante deixar de declarar a condição de beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006 no momento do envio da proposta inicial.

7.22. A ordem de apresentação das propostas é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada.

7.23. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no artigo 60 da Lei Federal n° 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

7.24. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.25. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a 10 (dez) minutos para o(a) Pregoeiro(a), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal de Compras Públicas.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado, na sessão, pelo(a) Pregoeiro(a).

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO FINAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante que ofertou o menor preço deverá enviar, via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, no prazo de até 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do(a) pregoeiro(a), contado da data da convocação, os seguintes documentos:

a) proposta de preço final, conforme solicitado no item 9 deste edital.

b) documentos de habilitação, conforme solicitado no item 11 deste edital.

9. DA PROPOSTA DE PREÇO FINAL

9.1. A proposta de preço final do licitante que apresentou o menor preço deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, enviada em campo próprio do Portal de Compras Públicas, em formato PDF, e conter, ainda:

a) PRAZO DE VALIDADE, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo não seja explícito na proposta, subentender-se-á o prazo aqui definido;

b) DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA ITEM, de acordo com o Anexo I do Edital;

c) MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE e MODELO (quando for o caso);

d) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ITEM;

e) PREÇO TOTAL DA PROPOSTA;

f) NOME DO RESPONSÁVEL, OS DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA PARA PAGAMENTO E E-MAIL OFICIAL;

9.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital e seus anexos.

9.3. A proposta de preço final deverá estar adequada ao valor último lance ofertado (em caso de disputa de lances) ou adequada ao valor apresentado pelo licitante na fase de negociação (quando houver).

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame previstas no **item 3.** do edital, bem como as demais condições previstas na Lei nº 14.133/21.

10.2. Constatada a existência de algum dos impedimentos de participação previstos no **item 3.** do Edital, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condições de participação.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.3.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 3.5.** deste edital.

10.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

c) apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade da proposta valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.10. Caso a proposta atenda às condições do edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) passará ao exame dos documentos de habilitação do licitante.

10.11. Em caso de desclassificação da proposta, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. O licitante deverá enviar, por meio de campo próprio do Portal de Compras Públicas**,** os documentos relacionados nos subitens **11.2, 11.3, 11.4 e 11.5** para fins de habilitação.

11.1.1. Os documentos de habilitação deverão ser anexados em formato PDF, compondo um único arquivo, na ordem apresentada no instrumento convocatório, ou arquivos separados (um arquivo PDF para cada documento em pasta zipada). Por fim, só devem ser anexados os documentos previstos no instrumento convocatório. Qualquer outro documento necessário à instrução processual ou esclarecimento dos já apresentados, serão solicitados pelo pregoeiro.

11.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) em se tratando de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua consolidação ou posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial; no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; no caso de sociedades civis, inscrição no ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) em se tratando de licitante que durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP):

d1) Declaração assinada pelo responsável legal, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, bem como que se sagrando vencedora da licitação não extrapolará os limites de enquadramento, considerando no cálculo os demais contratos firmados, seja com a Administração Pública, seja com particulares, de acordo com a legislação vigente e modelo disponível junto a este edital (Anexo II), que serão consideradas válidas até 01 (um) ano após a data de sua emissão.

11.3. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de regularidade fiscal quanto aos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União, inclusive em relação às contribuições previdenciárias, apresentando a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;

d) certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;

e) certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor (Lei Federal 12.440/2011);

11.4. Documentos relativos à habilitação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão deste, expedida a menos de 3 (três) meses contados da data da sua emissão. Entende-se como sede da Pessoa Jurídica, a MATRIZ do estabelecimento.

a1) no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.5. Outros documentos de habilitação (declarações):

a) declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, e no inciso VI art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

b) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.5.1. As declarações solicitadas no **item 11.5.** deverão ser emitidas pelo licitante e assinadas pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição).

11.6. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante, o(a) Pregoeiro(a) verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção, mediante consulta no Portal de Compras Públicas e nos seguintes cadastros:

a) cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;

b) cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

c) relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

11.6.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.6.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for

declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) a não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n° 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.8. No caso de certidões sem data de validade expressa, será considerado o prazo de 03 (três) meses a contar da data e emissão.

11.9. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.10. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo(a) Pregoeiro(a), caso necessário.

11.11. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos da legislação.

11.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.13. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.15. Em qualquer fase da licitação o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15.1. Havendo necessidade de envio de informações ou documentos complementares, o licitante será convocado a enviá-los, via sistema, em prazo não inferior a 02 (duas) horas e não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

11.16. O(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente poderão suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

11.16.1. Na hipótese de necessidade de suspensão, a sessão pública será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

12.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. Na elaboração da decisão acerca do recurso, o(a) Pregoeiro(a) e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

12.10. Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal de Compras Públicas para obter a resposta ao recurso apresentado.

12.11. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerrada a fase de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que nos termos do art. 71, da Lei Federal 14.133/21 poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do § 2º do art. 71 da Lei 14.133/21;

c) proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.2. A adjudicação do objeto será viabilizada pelo(a) pregoeiro(a) sempre que não houver recurso.

13.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

13.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) pregoeiro(a).

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

14.1. A CONTRATADA responsabiliza-se a:

a) entregar o objeto contratado conforme especificações do Edital, seus anexos e em consonância com a proposta de preços.

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

d) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

e) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

f) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por sua conta exclusiva.

g) responsabilizar-se por todos os direitos trabalhistas e exigências legais que envolvam o trabalho das pessoas do quadro, ou contratadas pontualmente para a prestação dos serviços ao CONTRATANTE.

h) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato, da autoridade designada, ou da autoridade superior nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021.

i) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, bem como do agente que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, em total observância aos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

j) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

k) não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

14.2. O CONTRATANTE responsabiliza-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com o Edital e seus Anexos.

b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a regular execução do contrato;

c) exercer o acompanhamento e a fiscalização das entregas;

d) efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATADA;

e) aplicar ao CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do CONTRATANTE;

15. DA ENTREGA

15.1. Os itens serão solicitados de forma parcelada, ao longo do período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade das Secretarias, devendo as entregas ser realizadas **no prazo de até 15 dias**, contado da data da solicitação pelo(a) Gestor(a). As entregas deverão ocorrer nos locais abaixo indicados ou em outro que venha a ser definido pelo(a) Gestor(a).

a) Empenhos da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Av. Santo Dal Bosco, nº 239, Bairro Centro, mediante prévio agendamento através do telefone (54) 3520-7215;

b) Empenhos da Secretaria Municipal de Educação, no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Passo Fundo, nº 566, Bairro Centro, Erechim/RS, com prévio agendamento através do telefone (54) 3520-7005;

c) Empenhos das Demais Secretarias, no Almoxarifado Central, sito a Av. Farrapos, nº 509, Bairro Centro, com prévio agendamento através do telefone (54) 3520-7026;

15.2. Deverão ser observadas todas as exigências constantes no Anexo I – Descrição dos Itens, deste Edital, bem como em conformidade com as normas e legislações vigentes aplicáveis a contratação e orientações do(s) Gestor(es) do Contrato.

15.2.1. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem oficial do fabricante, contendo a identificação da marca e a garantia/validade, respeitando todas as especificações contidas no presente Edital.

15.2.2. Para cada empenho deverá ser emitida uma ou mais notas conforme os itens entregues. Nas Notas Fiscais devem constar a descrição breve do produto conforme empenho, valor unitário, valor total do item e valor total da Nota Fiscal.

15.2.3. Deverá constar em cada Nota Fiscal a quantidade de volumes (caixas ou sacolas) que serão entregues.

15.3. A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade dos produtos a serem entregues, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado, e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O objeto, se estiver de acordo com o Edital e a proposta, será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

16.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.4. O produto recusado será considerado como não entregue.

16.5. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

16.6. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para retirada dos produtos recusados, após notificação do Gestor da Compra.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a data de **entrega e aceitação dos itens pelo gestor da compra**, mediante apresentação de Nota Fiscal.

17.2. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.3. Haverá retenção previdenciária nos termos, com repasse dos percentuais ao INSS, assim como, será retido o Imposto de Renda na Fonte, conforme legislação vigente.

17.3.1. A retenção não será efetuada para as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, que nesta modalidade de tributação não sofrem a incidência na fonte do Imposto de Renda, bem como das empresas imunes ao pagamento de impostos.

17.3.2. Se a CONTRATADA for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá informar através de Declaração firmada por Contador ou Técnico Contábil, ou ainda, na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhida.

17.4. Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência comprovada do CONTRATANTE, desde que tenham sido executados os serviços e a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso, o valor a ser pago será atualizado financeiramente tendo como base o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, computados os dias de atraso desde a data prevista para o pagamento até a data da efetivação do pagamento, calculados “pro rata tempore-die”, de acordo com a seguinte fórmula:

AF= [(1 + IPCA/100)Nd/30 - 1] x Vp, sendo:

AF= Atualização financeira;

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE);

Nd= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data da efetivação do pagamento;

Vp= Valor da parcela a ser paga.

17.5. Durante todo o transcorrer do contrato e como condição para efetivação dos pagamentos, CONTRATADA deverá manter regularizados e dentro dos seus períodos de validade, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14);

b) certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Erechim;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio da empresa;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

17.6. Nos preços já estão incluídas todas as despesas com: materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços, veículos, carga, descarga, transportes, impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, leis sociais, demais serviços e eventuais que possam acarretar ônus ao Município, especificadas ou não no edital e contrato.

18. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

18.1. Os serviços serão fiscalizados pelo(a) Gestor(a) do Contrato dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº 14.133/21 e pela Ordem de Serviço nº 004/2023.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A aplicação de penalidades às licitante e às contratadas reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/21.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

19.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;

b) dr causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

19.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

19.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no **item 19.2.3** será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

19.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

a) no caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a multa será de a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

b) no caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

c) para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei n° 14.133/21 a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

d) para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei n° 14.133/21 acima, de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

e) O atraso na execução/entrega do objeto contratado superior a **30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por** descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2.5. Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 20% (vinte por cento). A multa de mora não impede as demais sanções previstas nos termos do art. 162, da Lei Federal nº 14.133/21.

19.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

19.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

19.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATADO, pela CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATADA, ou cobrados judicialmente.

19.5.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

19.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impedem que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas neste contrato.

19.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

20. DA RESCISÃO

20.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 138 a 139, da Lei Federal nº 14.133/21.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No ano de 2026, os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

04.01.04.122.0004.2019.4.4.90.52.42.00.00
05.01.04.123.0005.2022.4.4.90.52.42.00.00
05.01.04.129.0005.2023.4.4.90.52.42.00.00
09.01.10.122.0009.2039.4.4.90.52.42.00.00
09.01.10.301.0009.2041.4.4.90.52.42.00.00
09.01.10.301.0009.2043.3.3.90.30.99.00.00
09.01.10.301.0009.2043.4.4.90.52.42.00.00
09.01.10.302.0009.2044.4.4.90.52.42.00.00
09.01.10.305.0009.2051.4.4.90.52.42.00.00

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Todas as referências de tempo constantes no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal de Compras e Licitações do Município de Erechim e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.10. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos ao procedimento licitatório serão prestados pelo(a) pregoeiro(a) oficial(a) e membros da equipe de apoio, através dos telefones (54) 3520-7016 ou 3520-7024 ou através do e-mail: editais@erechim.rs.gov.br.

22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Descrição dos Itens.

ANEXO II – Declaração de Enquadramento ME/EPP;

ANEXO III – Declaração de Cumprimento do art. 7º da CF;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos;

Erechim/RS, 14/10/2026.

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

ANA CAROLINA ARPINI DA SILVA
Chefe da Divisão de Editais

ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS ITENS
PROCESSO 28870/2026
Pregão Eletrônico (Lei 14.133) Nº: 192/2026

Item	Qtd/Uni	Preço Unitário	Preço Total	Especificação
1	7,0000 UN	_____	_____	Apoio de pés ergonômico - Apoio Pés Ergonômico - Aço e MDF / Emborrachado (39x26cm). O Apoio para Pés Ergonômico deve ser construído com estrutura em Aço, pintura anti-ferrugem e base superior em MDF de primeira qualidade revestido com textura emborrachada antiderrapante. Deve possuir3 níveis de regulagem de inclinação (1ª Altura: 7 cm do chão / 2ª Altura: 13 cm / 3ª Altura: 15,5 cm) , atendendo as normas da NR 17 do Ministério do Trabalho. Tamanho da plataforma: 390 x 260 m, Estrutura da plataforma, Revestimento emborrachado antiderrapante Plataforma para apoio dos pés impermeável revestida com material emborrachado antiderrapante. As bases que ficam em contato com o chão também são revestidas com material antiderrapante e antirriscos (obs.: a textura do revestimento emborrachado pode sofrer variação, porém sem comprometer a eficiência do produto ou a qualidade do material); Produto já montado, pronto para usar, garantia de 1 ano.
2	40,0000 UN	_____	_____	Apoio p/ os pés - Utilizado p/ corrigir a postura sentada, - alivia a pressão nas artérias e veias dos membros inferiores, melhorando a circulação e a fadiga muscular. - deve possuir dispositivo antiderrapante emborrachado; - produzido em ferro tubular de 30mm x 30mm; - base estabilizadora com regulagem e inclinação; - bandeja fixa para os pés em ferro circular com 6mm de diâmetro; - dispositivo regulador de altura com até 20mm de regulagem.
3	1,0000 UN	_____	_____	Armário aéreo em MDP branco - Armário aéreo branco em MDP com revestimento melaminico baixa pressão com portas e prateleira. Medindo aproximadamente 0,70m de altura X 1,20m de largura X 0,45m de profundidade. Três portas de abrir com uma prateleira (divisão horizontal)
4	5,0000 UN	_____	_____	Arquivo c/ 4 gavetas p/ pastas suspensas, - tampo laterais em MDF 15mm com revestimento melamínico, fundo em triplac 3mm. Frente das gavetas em MDF 12mm, gaveta para pasta suspensa em aço, com corrediças metálicas. Dimensões 450x405x1300mm na cor marfim.
5	1,0000 UN	_____	_____	Balcão 3 portas e 4 gavetas - Balcão com 3 portas de abrir e 4 gavetas, com uma prateleira interna. Medindo 2,00m de largura x 0,50m de profundidade x 1,05m de altura, sendo o tampo em MDF 25mm e o restante do balcão em MDF 15mm, revestimento melamínico texturizado, bordas em perfil PVC, na cor cinza. Puxador tipo alça.
6	1,0000 UN	_____	_____	Balcão para pia com tampo em inox e válvula, - sendo o BALCÃO em MDF 15mm com revestimento melamínico (BP) na cor branca, medindo aproximadamente 120X75X55cm (LxAxP); 2 portas em MDF 15mm com revestimento melamínico (BP) na cor branca com dobradiças metálicas reguláveis 100% em aço e 01

divisória horizontal interna; possuir 3 gavetas em MDF 15mm com revestimento melamínico (BP) na cor branca com corrediças metálicas, 05 pés de sustentação com regulagem de altura e rodapés na mesma cor do balcão. Puxadores para portas e gavetas injetados em polietileno com proteção UV na cor branca fixado com parafuso de rosca para fixação em termoplásticos em aço cementado Ø 4X25mm com cabeça flangeada e com tratamento de zincagem; TAMPO em tamanho ideal para o respectivo balcão (120x55cm) de chapa de aço inoxidável padrão AISI 304 liga 18 com cuba centralizada; VÁLVULA em inox do tamanho correto para o conjunto (pia + válvula).

7 4,0000 UN _____ _____
Banqueta alta com encosto - Medidas mínimas: encosto L38 x A19 e assento L38 x P36,em compensado com no mínimo 10 mm de espessura,com espuma expandida, isenta de CFC, com 30 mm de espessura média e densidade mínima de 31 Kg/m³ mais camada com 10 mm de espessura e densidade mínima de 22 Kg/m³.
Apresentar Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro com avaliação da Norma ABNT NBR 8537 (densidade).
Revestimento e contra encosto/assento em tecido sintético a definir, fixado por grampos com acabamento zincado. A fixação da concha encosto/assento na estrutura é feita por parafusos e porcas de inserto encravadas na madeira. Estrutura e apoio de pés em tubo de aço redondo com no mínimo 20 mm de diâmetro e no mínimo 1 mm de espessura de parede.
Travessa de fixação do assento fabricada em chapa de aço com no mínimo 3,00 mm de espessura.
A união das travessas, apoio de pés na estrutura da cadeira é feito por processo de solda, formando uma estrutura única para posterior montagem. Ponteiras injetadas em polipropileno copolímero, na cor preta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, na cor preta.
Altura do assento mínima de 76 cm e Altura total mínima de 95 cm.
Será aceita banqueta de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação,o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação:
Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% -
Compressão; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e
Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normas-chapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003. Na cor cinza com estrutura Grafitte.

8 7,0000 UN _____ _____
Cadeira Caixa Alta - Executiva - Cadeira caixa alta, executiva ergonômica NR 17 com apoio de braço regulável, encosto regulável,
Peso Real Suportado (kg): 110kg
Estrutura
Giratória: Sim
Material Assento/Encosto: tecido
Densidade
Espuma: D45
Largura
Assento(cm): 43cm
Profundidade Assento (cm): 38cm

Espessura Assento (cm): 4,5cm
Largura Encosto(cm): 36,5cm
Altura Encosto(cm): 28,5cm
Espessura Encosto(cm): 3,5cm
Estrutura - Regulagem de Altura a Gás: Sim
Atura Assento ao solo Mín - Máx(cm): 65cm - 77cm
Largura Total(cm): 57cm
Altura Total(cm): 110cm - 120cm
Profundidade Total(cm): 57cm
Altura do Aro ao solo Mín - Máx(cm): 20cm - 32cm
Regulagem de inclinação do encosto: SIM
Regulagem de altura encosto: SIM
Com Sistema RELAX: Não
Braços Reguláveis: Sim
Com Sapata: Sim
Com Aro: Sim

9 2,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa assento estofado azul - Cadeira fixa com encosto plástico e assento estofado. Encosto com estrutura de sustentação injetada e estrutura de sustentação externa, também injetada em polipropileno com fibra de vidro, para maior resistência. A fixação da estrutura interna na estrutura externa é feita por plug de encaixe e parafusos na bitola de quatro milímetros. A fixação do encosto na estrutura é feita, também, com parafusos.
Assento em compensado com 12 mm de espessura e com espuma expandida, com densidade mínima de 30 Kg/m³ e 50 mm de espessura, sendo a contra capa do assento em tnt fixada por grampos. Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura palito confeccionada em tubo de aço industrial redondo ¾ e no mínimo 1,90 mm de espessura. Elemento de fixação da estrutura no assento em chapa de aço com 4,50mm de espessura. A união do elemento de fixação na estrutura da cadeira é feito por processo de solda.
A fixação do assento na estrutura é feita com parafusos e porcas de garra na madeira do assento. Sapatas em polipropileno. Medidas mínimas: encosto L45 x A30 e assento L48 x P45. Será aceito cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normas-chapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003. cor azul

10 2,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa assento estofado laranja - Cadeira fixa com encosto plástico e assento estofado. Encosto com estrutura de sustentação injetada e estrutura de sustentação externa, também injetada em polipropileno com fibra de vidro, para maior resistência. A fixação da estrutura interna na estrutura externa é feita por plug de encaixe e parafusos na bitola de quatro milímetros.
A fixação do encosto na estrutura é feita, também, com parafusos. Assento em compensado com 12 mm

de espessura e com espuma expandida, com densidade mínima de 30 Kg/m³ e 50 mm de espessura, sendo a contra capa do assento em tnt fixada por grampos.
Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura palito confeccionada em tubo de aço industrial redondo ¾ e no mínimo 1,90 mm de espessura. Elemento de fixação da estrutura no assento em chapa de aço com 4,50mm de espessura. A união do elemento de fixação na estrutura da cadeira é feito por processo de solda. A fixação do assento na estrutura é feita com parafusos e porcas de garra na madeira do assento.
Sapatas em polipropileno. Medidas mínimas: encosto L45 x A30 e assento L48 x P45. Será aceito cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normas-chapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003. cor laranja

11 2,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa assento estofado verde - Cadeira fixa com encosto plástico e assento estofado. Encosto com estrutura de sustentação injetada e estrutura de sustentação externa, também injetada em polipropileno com fibra de vidro, para maior resistência. A fixação da estrutura interna na estrutura externa é feita por plug de encaixe e parafusos na bitola de quatro milímetros.
A fixação do encosto na estrutura é feita, também, com parafusos. Assento em compensado com 12 mm de espessura e com espuma expandida, com densidade mínima de 30 Kg/m³ e 50 mm de espessura, sendo a contra capa do assento em tnt fixada por grampos. Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura palito confeccionada em tubo de aço industrial redondo ¾ e no mínimo 1,90 mm de espessura. Elemento de fixação da estrutura no assento em chapa de aço com 4,50mm de espessura. A união do elemento de fixação na estrutura da cadeira é feito por processo de solda. A fixação do assento na estrutura é feita com parafusos e porcas de garra na madeira do assento.
Sapatas em polipropileno. Medidas mínimas: encosto L45 x A30 e assento L48 x P45. Será aceito cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normas-chapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003. cor verde

12 5,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa com pés em madeira - Revestimento em tecido sintético a definir. Medidas mínimas: encosto L54 x A56 e assento L50 x P45. Estrutura do encosto em tubo de aço redondo com no mínimo 25

mm de diâmetro e no mínimo 1,20 mm de espessura.
Travessas verticais do encosto fabricadas em barra de aço trefilado redondo com no mínimo 6 mm de diâmetro. Mola do encosto em chapa de aço estrutural com no mínimo 6 mm de espessura. Cantoneira do encosto fabricada em barra de aço industrial com no mínimo 3 mm de espessura.
A união da cantoneira, da mola e das travessas verticais, na estrutura do encosto é feita por processo de solda. Base de fixação da capa estofada fabricada em polipropileno injetado para fixação dos grampos.
Revestimento interno do encosto fabricado em tela, fixada por grampos, na parte inferior do encosto. Espuma expandida, com densidade mínima de 25 Kg/m³ e 25 mm de espessura, com manta de espuma expandida de igual densidade, mas com espessura de 10 mm. A fixação do encosto no assento é feita com e porcas de garra na madeira do assento.
Madeira inferior do assento em compensado com 18 mm de espessura e superior em compensado, com 12 mm de espessura. Madeira do calço interno aplainada dos dois lados com aproximadamente 2,54 centímetros. Acabamento lateral fabricado em folha de papelão couro número 40. Espuma expandida, com espessura mínima de 55m, com densidade mínima de 30 kg/m e outra camada com densidade mínima de 27 Kg/m³. Acrescida de manta de espuma expandida, com 10 mm, também com densidade mínima de 27 Kg/m³ e finalização em camada com manta de fibra. Revestimento da contracapa do assento em tnt fixado por grampos. A fixação do conjunto encosto/assento na estrutura é feita com parafusos e porcas de garra na madeira do assento. Fixador dos pés de madeira fabricado em tubo de aço industrial redondo e reforço central da estrutura, com no mínimo 15 mm de diâmetro e travessas laterais em tubo de aço redondo com no mínimo 17 mm de diâmetro, ambas com no mínimo 1,80 mm de espessura. Travessas de fixação do assento em chapa de aço com no mínimo 4 mm. A união do fixador dos pés, do reforço central e lateral nas travessas é feito por processo de solda. Estrutura fixa em quatro pés de madeira envernizada, com 40 mm de diâmetro e sapatas inseridas sob pressão. Medidas mínimas 60Lx65Px90A.
Será aceito cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normaschapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003.Revestimento em tecido Grid laranja ambar

13 10,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa sem braços azul - Medidas mínimas: encosto L45 x A25 e assento L45 x P38, injetados em polipropileno copolímero, com furos para arejo. Na parte superior do encosto, pega mão para facilitar o manuseio da cadeira.
A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto é feita por sistema de encaixe e fixado por pino injetado em polipropileno, inserido no furo no tubo enquanto a fixação do assento, na estrutura metálica é feita com parafusos para plástico.
Estrutura formada por tubo de aço oblongo 16x30 mm e no mínimo 1,15 mm de espessura da parede, assim como o suporte de fixação do encosto, alterando-se apenas a espessura para no mínimo 1,40 mm de espessura.
Travessas de reforço do assento em tubo de aço redondo com no mínimo 19 mm de diâmetro e no mínimo 1,15 mm de espessura. A união das travessas, do tubo de suporte do encosto na estrutura da cadeira

é feito por processo de solda. Ponteiras injetadas em polipropileno copolímero, na cor preta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, na cor preta. Altura do assento mínima de 45cm e Altura total mínima de 80cm. Será aceita cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro), que empilhe até dez unidades. Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normas-chapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003. empilháveis (cor azul)

14 10,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa sem braços cinza - Medidas mínimas: encosto L45 x A25 e assento L45 x P38, injetados em polipropileno copolímero, com furos para arejo. Na parte superior do encosto, pega mão para facilitar o manuseio da cadeira.
A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto é feita por sistema de encaixe e fixado por pino injetado em polipropileno, inserido no furo no tubo enquanto a fixação do assento, na estrutura metálica é feita com parafusos para plástico.
Estrutura formada por tubo de aço oblongo 16x30 mm e no mínimo 1,15 mm de espessura da parede, assim como o suporte de fixação do encosto, alterando-se apenas a espessura para no mínimo 1,40 mm de espessura.
Travessas de reforço do assento em tubo de aço redondo com no mínimo 19 mm de diâmetro e no mínimo 1,15 mm de espessura.
A união das travessas, do tubo de suporte do encosto na estrutura da cadeira é feito por processo de solda.
Ponteiras injetadas em polipropileno copolímero, na cor preta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, na cor preta. Altura do assento mínima de 45cm e Altura total mínima de 80cm.
Será aceita cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro), que empilhe até dez unidades. Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normaschapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003.empilháveis (cor cinza)

15 10,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa sem braços laranja - Medidas mínimas: encosto L45 x A25 e assento L45 x P38, injetados em polipropileno copolímero, com furos para arejo. Na parte superior do encosto, pega mão para facilitar o manuseio da cadeira. A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto é feita por sistema de encaixe e fixado por pino injetado em polipropileno, inserido no furo no tubo enquanto a fixação do assento, na estrutura metálica é feita com parafusos para plástico.
Estrutura formada por tubo de aço oblongo 16x30 mm e no mínimo 1,15 mm de espessura da parede, assim como o suporte de fixação do encosto, alterando-se apenas a espessura para no mínimo 1,40 mm de espessura.

Travessas de reforço do assento em tubo de aço redondo com no mínimo 19 mm de diâmetro e no mínimo 1,15 mm de espessura.
A união das travessas, do tubo de suporte do encosto na estrutura da cadeira é feito por processo de solda.
Ponteiras injetadas em polipropileno copolímero, na cor preta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, na cor preta. Altura do assento mínima de 45cm e Altura total mínima de 80cm.
Será aceita cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro), que empilhe até dez unidades. Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no
mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normaschapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003.empilháveis (cor laranja)

16 10,0000 UN _____ _____
Cadeira fixa sem braços verde - Medidas mínimas: encosto L45 x A25 e assento L45 x P38, injetados em polipropileno copolímero, com furos para arejo.
Na parte superior do encosto, pega mão para facilitar o manuseio da cadeira. A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto é feita por sistema de encaixe e fixado por pino injetado em polipropileno, inserido no furo no tubo enquanto a fixação do assento, na estrutura metálica é feita com parafusos para plástico.
Estrutura formada por tubo de aço oblongo 16x30 mm e no mínimo 1,15 mm de espessura da parede, assim como o suporte de fixação do encosto, alterando-se apenas a espessura para no mínimo 1,40 mm de espessura.
Travessas de reforço do assento em tubo de aço redondo com no mínimo 19 mm de diâmetro e no mínimo 1,15 mm de espessura.
A união das travessas, do tubo de suporte do encosto na estrutura da cadeira é feito por processo de solda. Ponteiras injetadas em polipropileno copolímero, na cor preta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, na cor preta.
Altura do assento mínima de 45cm e Altura total mínima de 80cm. Será aceita cadeira de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso
solicitado pelo pregoeiro), que empilhe até dez unidades. Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no
mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação das Normaschapa soldada: NBR 17088 e NBR 8095, durante no mínimo 336 horas e avaliação para as Normas-chapa sem solda: NBR 10443 e NBR 11003 empilháveis (cor Verde)

17 15,0000 UN _____ _____
Cadeira giratória executiva digitador, - com back system e com braço, ergonômica.

- Assento e Encosto:
Material: Compensado multilaminado revestido em courvin na cor cinza ou em tecido preto.
Espuma: Injetada de no mínimo 40mm.
Anatômicos.
- Estrutura:
Base: 5 Patas em nylon injetado.
Giratória: Sim.
Coluna: Com regulagem de altura à gás.
Tratamento anti ferrugem e corrosão.
Pintura: Epóxi-pó.
Capas de proteção.
Cor: preto
Rodízios: duplos de nylon.
Back System (mecanismo ergonômico): possui regulagem de altura e inclinação do encosto.
- Dimensões aproximadas:
Assento: 460 x 440mm.
Encosto: 430 x 370mm.
Altura até o assento: 450 à 540mm.
Altura até o encosto: 830 à 1000mm.
- Braços:
Material: Lamina de aço recoberta com polipropileno injetado.
Modelo: Regulável, com regulagem de altura através de gatilho.
- Outras características:
- Cadeira ergonômica com todas exigências da Norma NR 17.
- Garantia: 1 ano.

18 1,0000 UN _____ _____
Espelho 4 mm lapidado - com 165 cm altura X 65 cm de largura, colado na parede (banheiro de funcionário feminino)

19 3,0000 UN _____ _____
Estante Gaveteiro Mista 49 Gavetas - Características Mínimas:
- Número de gavetas: 27 n°3 + 18 n°5 + 4 n°7;
- Número 3: 1,5kg de carga (Pequenas)
- Número 4: 3kg de carga (Médias)
- Número 5: 4kg de carga (Grandes)
- Peso: aprox. 13,18kg
- Altura: aprox. 1200mm
- Largura: aprox. 1010mm
- Profundidade: aprox. 355mm
- Carga máxima: aprox. 110kg distribuídos
- Garantia de 12 meses.

20 1,0000 UN _____ _____
Gaveteiro auxiliar odonto volante - Gaveteiro auxiliar odonto volante (com 4 rodízios sem travas) 6 gavetas. Medidas aproximadas: 72cm x 39cm x 49 cm (A x C x L)
Material (Estrutura e Revestimento) MDF, cor Branca, Gavetas com corrediças metálicas, Gaveta inferior mais alta, duas médias e três mais baixas (superiores)

21 4,0000 UN _____ _____
Gaveteiro c/ 5 gavetas c/ puxadores de 15cm de - profundidade cada gaveta, sendo a primeira gaveta com chave. Em MDF branco com quatro rodas de alta resistência para movimentação. Largura 44cm x profundidade 46cm x altura 60cm.

22 1,0000 UN _____ _____
Mesa auxiliar - dimensoes (cm) 160x60/75 (Cozinha)

23 1,0000 UN _____ _____
Mesa em aço inox 430, escovado - Medidas 110 cm comprimento x 60 cm de largura x 90 cm de altura. 100 % aço inoxidável, duas prateleiras reforçadas, pés ajustáveis com rodízios e regulagem de altura. Espessura das chapas de aço 0,8 mm, espessura dos tubos 1mm, diâmetro dos tubos 1¹/²" (uma polegada e meia)

24 1,0000 UN _____ _____
Mesa para computador com duas gavetas - e chave na primeira gaveta, com cantos arrendondados e acabamento com perfil em PVC, em formato de T para melhor acabamento. Medidas aproximadas 1,20 x 0,70 x 0,74, com teclado deslizante, porta CPU e porta estabilizador separados do bloco principal em MDF 15 mm na cor cinza claro.

25 1,0000 UN _____ _____
Mesa para cozinha 0,78 x 1,35 - (Madeira/MDF/MDP) medidas 0,78 X 1,35

26 10,0000 UN _____ _____
Mesa para refeitório - MDP 25mm - Mesa para refeitório -Tampo MDP 25mm
DIMENSÕES: 800 x 800 x 750 mm (L x P x A)TAMPO: MDP
Espessura: 25 mm Fita de borda em PVC 1 mm Bordas retas e acabamento moderno
ESTRUTURA: Tubo metálico quadrado 40 x 40 mm.
Pintura eletrostática a pó cor preta.
Travamento estrutural nos cantos para maior resistência.
Cor : preto

27 5,0000 CJ _____ _____
Moldura de quadro - Conjunto com 6 Molduras de quadros nas dimensões de 40cm x 50cm, com molduras de 2cm de largura e espessura de 1cm. As molduras são feitas em madeira com acabamento laqueado fosco. Proteção frontal em vidro incolor de 2mm e proteção traseira em tampo de madeira MDF 3,0 mm lisa. As molduras vem com gancho para fixação tipo triângulo móvel, podendo ser instalado na Horizontal ou Vertical. Internas (imagem): 40x50
Externas: 43x53

28 2,0000 UN _____ _____
Puff sextavado 35cm azul - Puff sextavado com 35 cm de altura, fechamento superior e inferior do assento, fabricado em compensado de 12 mm de espessura. Espuma expandida, com 40 mm de espessura e densidade mínima de 30 kg/m³. Contracapa do assento em tnt fixado por grampos. Laterais do puff, com chapa resistente de 3 mm de espessura, com espuma expandida, com 10 mm de espessura e densidade mínima de 25 kg/m³.
Apresentar Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro com avaliação da Norma ABNT NBR 8537 (densidade). Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura do puff com reforços verticais internos em madeira maciça com no mínimo 25 mm de espessura. Sapatas injetadas

em polipropileno copolímero na cor preta fixadas por parafusos autoatarrachante.
Medidas mínimas 70Lx80Px35A. Será aceito puff de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão. Azul

29 2,0000 UN _____ _____
Puff sextavado 35cm verde - Puff sextavado com 35 cm de altura, fechamento superior e inferior do assento, fabricado em compensado de 12 mm de espessura. Espuma expandida, com 40 mm de espessura e densidade mínima de 30 kg/m³. Contracapa do assento em tnt fixado por grampos. Laterais do puff, com chapa resistente de 3 mm de espessura, com espuma expandida, com 10 mm de espessura e densidade mínima de 25 kg/m³.
Apresentar Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro com avaliação da Norma ABNT NBR 8537 (densidade). Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura do puff com reforços verticais internos em madeira maciça com no mínimo 25 mm de espessura. Sapatas injetadas em polipropileno copolímero na cor preta fixadas por parafusos autoatarrachante.
Medidas mínimas 70Lx80Px35A. Será aceito puff de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão. Verde

30 2,0000 UN _____ _____
Puff sextavado 45cm laranja - Puff sextavado com 45 cm de altura, fechamento superior e inferior do assento, fabricado em compensado de 12 mm de espessura. Espuma expandida, com 40 mm de espessura e densidade mínima de 30 kg/m³. Contracapa do assento em tnt fixado por grampos. Laterais do puff, com chapa resistente de 3 mm de espessura, com espuma expandida, com 10 mm de espessura e densidade mínima de 25 kg/m³.
Apresentar Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro com avaliação da Norma ABNT NBR 8537 (densidade). Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura do puff com reforços verticais internos em madeira maciça com no mínimo 25 mm de espessura. Sapatas injetadas em polipropileno copolímero na cor preta fixadas por parafusos autoatarrachante.
Medidas mínimas 70Lx80Px45A. Será aceito puff de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão. Laranja

31 2,0000 UN _____ _____

Puff sextavado 45cm verde - Puff sextavado com 45 cm de altura, fechamento superior e inferior do assento, fabricado em compensado de 12 mm de espessura. Espuma expandida, com 40 mm de espessura e densidade mínima de 30 kg/m³. Contracapa do assento em tnt fixado por grampos. Laterais do puff, com chapa resistente de 3 mm de espessura, com espuma expandida, com 10 mm de espessura e densidade mínima de 25 kg/m³.
Apresentar Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro com avaliação da Norma ABNT NBR 8537 (densidade). Revestimento em tecido sintético a definir. Estrutura do puff com reforços verticais internos em madeira maciça com no mínimo 25 mm de espessura. Sapatas injetadas em polipropileno copolímero na cor preta fixadas por parafusos autoatarrachante.
Medidas mínimas 70Lx80Px45A. Será aceito puff de qualidade similar ou superior, mediante aprovação de amostra (caso solicitado pelo pregoeiro). Sob pena de desclassificação, o primeiro colocado na licitação, deverá apresentar os seguintes documentos, cópias sem autenticação: Garantia do produto, de no mínimo 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, emitida pelo Fabricante; De modo a comprovar o tratamento correto de efluentes e a responsabilidade ambiental do Fabricante do produto, apresentar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e junto a este, no mínimo 4 comprovantes de destinação final de resíduos (líquidos ou sólidos); Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro que comprovem a qualidade da espuma utilizada na fabricação das banquetas: NBR 8619 e NBR 8797, a 50%, 75% e a 90% - Compressão. verde

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A licitante [razão social do licitante], inscrito no CNPJ sob o [número], sediado na [nome da rua, número, bairro, cidade/estado], telefone [número], e-mail [e-mail], através do(a) representante legal, Sr(a). [nome completo], portador da cédula de identidade RG [número], inscrito no CPF sob o [número], residente e domiciliado na [nome da rua, número, bairro, cidade/estado], DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser [microempresa ou empresa de pequeno porte], nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como que se sagrando vencedora da licitação não extrapolará os limites de enquadramento, considerando no cálculo os demais contratos firmados, seja com a Administração Pública, seja com particulares.

[*cidade/estado*], [*data*] de [*mês*] de [*ano*].

[Assinatura] [Nome completo]
[Cargo] [Representante Legal]

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À NORMA DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7° DA CF/88

O licitante *[razão social do licitante]*, inscrito no CNPJ sob o *[número]*, sediado na *[nome da rua, número, bairro, cidade/estado]*, telefone *[número]*, e-mail *[e-mail]*, através do(a) representante legal, Sr(a). *[nome completo]*, portador da cédula de identidade RG *[número]*, inscrito no CPF sob o *[número]*, residente e domiciliado na *[nome da rua, número, bairro, cidade/estado]*, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, que **não** emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

Ressalva: ([*marcar se for o caso*]) emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

[*cidade/estado*], [*data*] de [*mês*] de [*ano*].

Assinatura

Nome completo
Cargo
Representante Legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

O licitante [*razão social do licitante*], inscrito no CNPJ sob o [*número*], sediado na [*nome da rua, número, bairro, cidade/estado*], telefone [(*código de área*) *número*], e-mail [*e mail*], neste ato representado pelo(a) Sr(a). [*nome completo*], portador(a) da cédula de identidade RG [*número*], inscrito(a) no CPF sob o [*número*], residente e domiciliado na [*nome da rua, número, bairro, cidade/estado*], DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

[*cidade/estado*], [*data*] de [*mês*] de [*ano*].

Assinatura
Nome completo
Cargo
Representante Legal